



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Simone Xavier Paiva de Sousa e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/6/2022
Data de instalação	12/11/1992
Data da última correição	10 de setembro de 2021
Período correicionado	1º/9/2021 a 30/4/2022

Aos 17 dias do mês de maio de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 17/2022 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação do Juiz Titular, Paulo Henrique Tavares da Silva, do Juiz Substituto, Marcelo Rodrigo Carniato, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/9/2021 a 30/4/2022** (8 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:



## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Paulo Henrique Tavares da Silva	23/04/2012 – Ato TRT GP nº 85/2012

### 1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Marcelo Rodrigo Carniato	12/5/2021- Ato TRT SCR nº 13/2021

### 1.2 Servidores lotados na Unidade

A 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alex Carneiro da Cunha Nóbrega	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	12/12/1990
Edivaldo Ferreira Pacheco Filho	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	23/4/2012
Francisco de Assis Meireles da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	28/1/1992
Gilson Avellar Dantas	Analista Judiciário	1º/8/2003
Jucieudes Antônio dos Santos	Analista Judiciário - Assistente III	12/12/2016
Leopoldino Maia Paiva	Analista Judiciário – Assistente de Diretor	2/11/2016
Maria das Gracas Pereira Vilar	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	4/4/1997
Maria Zeneide Fernandes de Queiroga	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	19/4/1993
Newton Roberto Mota	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Titular	26/4/2012
Osoisa Queiroga Rosado Maia de Vasconcelos	Técnico Judiciário – Calculista	6/10/2008
Rachel Maria Henriques Ribeiro	Técnico Judiciário – Assistente III	19/4/1993
Sheila Oride Braga de Lucena	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	24/9/2012

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual disponível no sistema PJe e por demanda processual por meio do Gigs, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.



## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: Hórus)

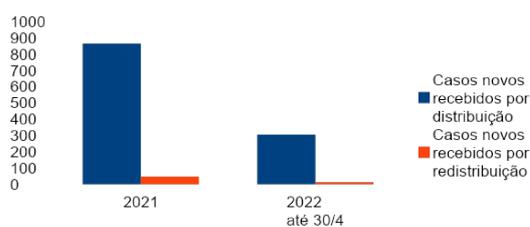
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 30/4/2022, um acervo processual de **2.902** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	938
Fase de Liquidação	100
Fase de execução	1.852
Cartas precatórias e de ordem	12
<b>TOTAL</b>	<b>2.902</b>

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

#### 2.1.1 Casos novos

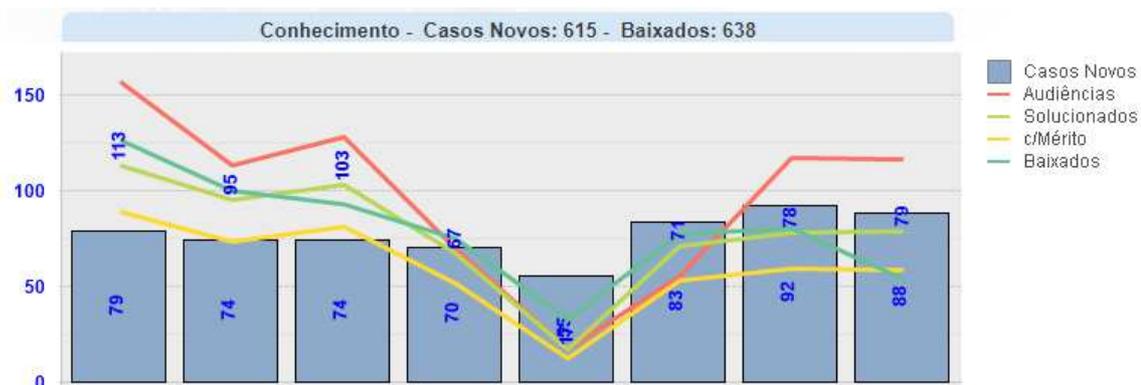
Item	2021	2022 até 30/4
Casos novos recebidos por distribuição	862	305
Casos novos recebidos por redistribuição	48	13
<b>TOTAL</b>	<b>910</b>	<b>318</b>



No período correccionado, há registro de 2 processos recebidos com sentença anulada pela instância superior (0000751-86.2020.5.13.005 e 0000213-87.2021.5.13.0032) e 2 processos com sentença reformada pela instância superior (0000819-70.2019.5.13.0005 e 0000038-82.2018.5.13.0005).

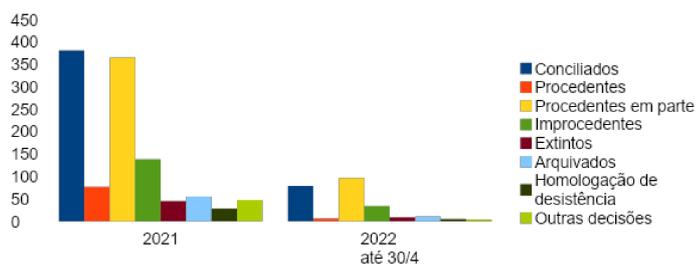


A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (setembro/2021 a abril/2022):



## 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 30/4
Conciliados	381	79
Procedentes	77	6
Procedentes em parte	365	97
Improcedentes	138	34
Extintos	45	9
Arquivados	55	11
Homologação de desistência	28	5
Outras decisões	47	4
<b>TOTAL</b>	<b>1.136</b>	<b>245</b>

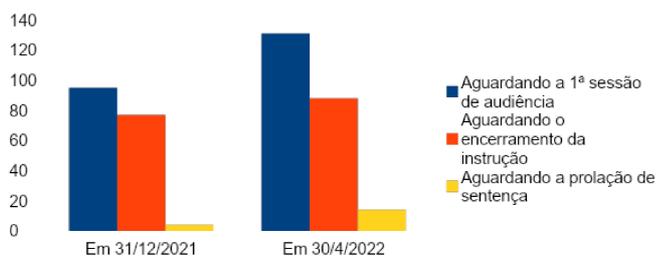




### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 30/4/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	95	131
Aguardando o encerramento da instrução	77	88
Aguardando a prolação de sentença	4	14
<b>TOTAL</b>	<b>176</b>	<b>233</b>



### 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 30/04	Varição (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	936	938	0,21%
Fase de liquidação	66	100	51,52%
Fase de execução	1.890	1.852	-2,01%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



### 3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

#### 3.1. Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	52	59	0	2	44
Conciliação em conhecimento	11	0	3	5	15
Conciliação em Execução	13	8	17	20	12
Una	57	120	51	1	55
Instrução	57	1	26	72	69

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade realiza audiências de segunda a sexta-feira.

#### 3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correio- nada
09/21	133	159	213	182	157	121	198	97	130	94	167	212	166	156
10/21	115	157	112	122	113	140	187	48	130	91	120	87	116	118,75
11/21	92	180	132	106	128	186	306	82	139	127	123	95	115	140,25
12/21	66	137	185	45	69	100	130	61	101	76	60	64	101	93,83
01/22	63	103	98	85	17	37	61	14	44	50	17	30	46	54
02/22	98	93	157	159	55	151	130	104	157	154	140	66	104	126,08
03/22	145	181	145	172	117	121	185	123	175	169	108	56	115	141,25
04/22	97	143	117	151	116	119	137	111	137	134	205	86	125	130,17
<b>TOTAL</b>	<b>809</b>	<b>1153</b>	<b>1159</b>	<b>1022</b>	<b>772</b>	<b>975</b>	<b>1334</b>	<b>640</b>	<b>1013</b>	<b>895</b>	<b>940</b>	<b>696</b>	<b>888</b>	<b>960,33</b>

### 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO



#### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte:Hórus).

Fase de conhecimento	2021	2022 até 30/4
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	40	66
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	57	66
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	101	108
Da conclusão à prolação da sentença	7	3
Do ajuizamento até a prolação da sentença	101	100

#### 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2021	2022 até 30/4
Embargos de declaração	Recebidos	362	73
	Baixados	368	84
	<b>Pendentes</b>	<b>18</b>	<b>8</b>
Tutela Provisórias	Recebidos	167	32
	Apreciadas	129	29
	<b>Pendentes</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
Liquidação /Execução	Recebidos	106	23
	Baixados	109	19
	<b>Pendentes</b>	<b>30</b>	<b>29</b>

#### 6. RECURSOS INTERPOSTO (Fonte: Hórus)

1º/9/2021 a 30/4/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	296	279	45
Recurso adesivo	16	15	1
Agravo de petição	101	90	7
<b>Total</b>	<b>413</b>	<b>384</b>	<b>53</b>

#### 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o



ano-base **2021**: **96** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **142** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **111** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/04**, é de **84** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **162** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **106** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **101** dias, para o ano base de **2021**, e de **100** dias, relativo a este ano de **2022**, até 30 de abril.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **688** dias, e de **743** dias, referente ao **exercício atual** até o dia 30 de abril.

## 8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2021	2022 até 30/4
Execuções pendentes no início do período	1.904	1.828
Execuções iniciadas	433	94
Desarquivados	203	18
Recebidos de outros Órgãos	8	1
Execução de título extrajudicial	-	1
Execuções encerradas	534	144
Remetidos a outros Órgãos	3	1
Processos arquivados provisoriamente	106	9
<b>Execuções pendentes ao final do período</b>	<b>1.828</b>	<b>1.791</b>

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (setembro/2021 a abril/22):



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 30/4
Acordo	PJe	R\$ 6.457.087,65	R\$ 2.964.429,98
Espontâneo	PJe	R\$ 1.074.414,64	R\$ 209.349,35
Execução	PJe	R\$ 4.214.479,34	R\$ 1.386.352,35
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 11.745.981,63</b>	<b>R\$ 4.560.131,68</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 30/4
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 324.014,54	R\$ 70.161,07
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.849.415,68	R\$ 515.324,04
Imposto de renda	PJe	R\$ 94.412,10	R\$ 45.492,45
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.267.842,32</b>	<b>R\$ 630.977,56</b>

## 10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:



PERÍODO CORREICIONADO 1º/08/2021 a 30/04/2022		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	458
INFOJUD	PJe	45
SIMBA	PJe	-
RENAJUD	PJe	123
BNDT	Pendentes (PJe)	338
	Incluídos (PJe)	122

#### 11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	130,80%

<b>Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	101,79%
Unidade Correicionada	78,30%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **305** casos novos (por distribuição) e **238** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **78,30%**.

<b>Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30 % da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2019



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º grau</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	104,19% da Meta 2
	96,9% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	105,21% da Meta 2
	97,84% dos processos distribuídos até 31/12/2020

<b>Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>38,50% em 2021</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	101,99% da Meta 3
	39,27% de índice de conciliação

<b>Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>40% em 2022</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	81,21% da Meta 3
	78,61% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	102,23% da Meta 3
	85,28% de índice de conciliação

<b>Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	108,54%

<b>Meta 5/2022 – Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	70,74%
Unidade Correicionada	58,55%



Indicadores							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2022-01	33	32	310	697	90,38	95,61	93,94
2022-02	77	51	310	688	73,81	89,23	83,80
2022-03	80	40	317	665	62,52	84,39	75,83
2022-04	54	27	340	610	58,22	80,26	70,68

## 12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e redução em 2022, enquanto que na fase de execução houve redução entre os anos de 2020 e 2021, e, nos primeiros meses de 2022.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 30/04
Fase de conhecimento	579	1.054	244
Fase de execução	1.209	641	148

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

---

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.036
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	859
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento até 30/04)

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	405
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	345
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	338
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	324
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	319
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	316
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	311
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	301
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	285
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	270
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	257
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	255
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	244

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução até 30/04)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	366
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	310
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	270
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	265
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	243
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	239
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	221
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	182
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	162
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	148
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	141
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	128
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	122

Deverá a unidade judiciária manter a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **296ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (498 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	10º	121º	3º	1º	28º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1º	5º	38º	3º	39º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	18º	18º	252º	2º	13º
<b>13ª Região - PB - 5ª Vara de João Pessoa</b>	<b>146º</b>	<b>178º</b>	<b>69º</b>	<b>173º</b>	<b>180º</b>	<b>214º</b>

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	82,47	30,83	1.509,13
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	36,11	23,8	564,1
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	72,6	62,17	526,76
<b>13ª Região - PB - 5ª Vara de João Pessoa</b>	<b>146º</b>	<b>104,51</b>	<b>116,24</b>	<b>742,37</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	342	800	8
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	904	90	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	780	495	8
<b>13ª Região - PB - 5ª Vara de João Pessoa</b>	<b>146º</b>	<b>1.039</b>	<b>619</b>	<b>13</b>

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho, setembro e dezembro/2021 e março/2022, estando a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 09/05/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
junho 2021	254º	410º	52º	1.124º	252º	283º
setembro 2021	212º	399º	55º	967º	209º	228º
dezembro 2021	249º	366º	101º	317º	412º	571º
março 2022	296º	286º	132º	531º	454º	630º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.571 varas do país (período de referência 1º/01/2021 a 31/12/2021):



Vara	Colocação no IGEST
13ª	29ª
11ª	51ª
12ª	57ª
3ª	67ª
10ª	201ª
7ª	206ª
6ª	212ª
<b>5ª</b>	<b>296ª</b>
1ª	326ª
9ª	364ª
2ª	437ª
4ª	440ª
8ª	482ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a abril de 2022:

<b>Ajuizamento até a prolação da sentença</b>	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
100,4 dias	197,2 dias
<b>Início ao encerramento da liquidação</b>	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
165,6 dias	232,6 dias



<b>Início à extinção da execução - ente privado</b>	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
767,6 dias	1.158 dias
<b>Início à extinção da execução - ente público</b>	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
219,6 dias	877,4 dias

<b>Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau</b>	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
624,7 dias	1.048 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a dezembro/2021, o Portal e-Gestão, apresenta os seguintes dados:

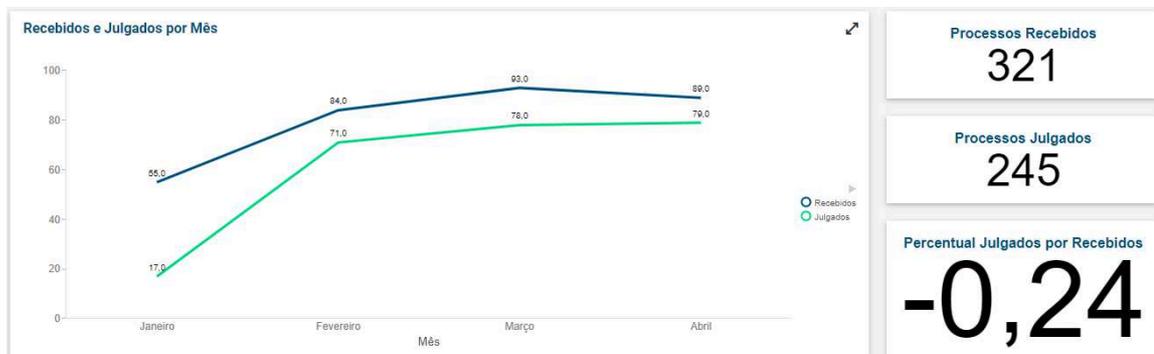
<b>Percentual de processos julgados por recebidos</b>	
5ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-23,7%	-5,2%

A seguir o gráfico da relação entre processos recebidos e julgados durante todo o ano de 2021:





Já o percentual de janeiro a abril de 2022 pode ser observado no gráfico abaixo:



## JUIZES

### 13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

**Juiz Titular** (Fonte: SAOAdm)

Paulo Henrique Tavares da Silva			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	20/1/2022 a 8/2/2022	20

**Juiz Substituto** (Fonte: SAOAdm)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	17/2/2022 a 8/3/2022	20

#### 13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do magistrado titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, sem prejuízo de, nos demais dias, comparecer para o atendimento a demandas das partes e advogados, o juiz titular Paulo Henrique Tavares da Silva está presente na



unidade judiciária às terças, quartas e sextas; e o juiz substituto fixo, Marcelo Rodrigo Carniato, às segundas, quartas e sextas.

### 13.2 Audiências realizadas (1º/9/2021 a 30/4/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Una	Instrução	Encerramento Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Marcelo Rodrigo Carniato	142	138	1	96	18	17	412
Paulo Henrique Tavares da Silva	141	88	-	59	10	34	332

### 13.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de Declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Marcelo Rodrigo Carniato	114	29	10	153
Paulo Henrique Tavares da Silva	81	32	29	142

## 14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/O utras Decisões	
Marcelo Rodrigo Carniato	107	21	122	49	1	13	10	18	341
Paulo Henrique Tavares da Silva	95	10	113	18	-	17	5	16	274

### 14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	350
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	177
Homologação da Transação Extrajudicial	44



Embargos de Terceiro Cível	15
Consignação em Pagamento	14
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	10
Ação de Cumprimento	3
Ação Civil Coletiva	3
Produção Antecipada da Prova	3
Tutela Antecipada Antecedente	1
Petição	1
Ação Civil Pública Cível	1
Tutela Cautelar Antecedente	1

### 15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Marcelo Rodrigo Carniato	123	86,01%
Paulo Henrique Tavares da Silva	91	73,98%

### 16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Marcelo Rodrigo Carniato	341
Paulo Henrique Tavares da Silva	274

#### 16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 5 dias

Magistrado	Dias
Marcelo Rodrigo Carniato	6
Paulo Henrique Tavares da Silva	3

### 17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de



novembro, havendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 18/03/2022. O juiz titular destacou o contentamento no cumprimento das Metas do CNJ, bem como afirmou que a unidade emvidou esforços para regularização dos registros de pagamentos pendentes. Destacou que o volume de processos nas tarefas “Prazos Vencidos”, “Triagem Inicial”, “Comunicações e Expedientes”. Pontua que os processos das tarefas “Cumprimento de Providências” e os arquivados provisoriamente estão sendo analisados e incluídos prazos do Gigs para facilitar o gerenciamento.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

## **18. GARIMPO**

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT13 SCR Nº 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrada, entre setembro de 2021 e abril de 2022 - 09 meses, apenas um pagamento à parte reclamante no valor de R\$ 5.709,90.

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR Nº 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0001078-70.2016.5.13.0005, 0131488-56.2015.5.13.0005, 0130509-94.2015.5.13.0005, 0131552-66.2015.5.13.0005.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das



contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## 19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD Nº 2317/2022), os juízes Paulo Henrique Tavares da Silva e Marcelo Rodrigo Carniato, não participaram de cursos voltados à conciliação e mediação.

Tratando-se das atividades de formação continuada, foi cumprido o período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011), conforme destacado abaixo:

Magistrados	Descrição
PAULO HENRIQUE TAVARES DA SILVA	CFC sobre Audiências Telepresenciais – PROAD 10210/2021  Utilização otimizada da ferramenta Zoom  CFC A Efetividade da Execução Trabalhista e a Desconsideração da Personalidade Jurídica – PROAD 23639/2021  CFC sobre Normas Trabalhistas na Pandemia – PROAD 25989/2021  CFC sobre Lei Geral de Proteção de Dados e seus impactos nas Relações de Trabalho
MARCELO RODRIGO CARNIATO	CFC sobre A Lei Geral de Proteção de Dados e suas Repercussões na Justiça do Trabalho e nas Relações Laborais – PROAD 19671/2020  DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO - Proc. 19725/2021 do Trabalho  Negociação coletiva: Limites, possibilidades e procedimentalidade – P 19890  6º Seminário Internacional do Programa Trabalho Seguro – Construção do trabalho seguro e decente em tempos de crise  ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO -



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>PROAD 26590/2021- DIA 10 DE NOVEMBRO - COM 2 H/A</p> <p>ÉTICA JUDICIAL NA ERA DIGITAL PARA MAGISTRADOS – PROAD 25193/2021 – 17/11 – 2 h/a</p> <p>Pandemia, Direitos Humanos e Tutela Internacional – PROAD 29627/2021 – 03/12 – 1,5 h/a</p>
--	--

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD Nº 2777/2022) estão abaixo descritas:

<b>Servidores</b>	<b>Descrição</b>
ALEX CARNEIRO DA CUNHA NÓBREGA	TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
EDIVALDO FERREIRA PACHECO FILHO	TRT - RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E DIREITO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL  TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO
FRANCISCO DE ASSIS MEIRELES DA SILVA	TRT - DESAFIOS DA RETOMADA AO TRABALHO PRESENCIAL - PALESTRA REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
JUCIEUDES ANTONIO DOS SANTOS	TRT - RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E DIREITO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - REMUNERAÇÃO E SALÁRIO - TURMA 1/2021 (COM TUTORIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2021.2 - MÓDULO III - ALIMENTAÇÃO, LONGEVIDADE E QUALIDADE DE VIDA /



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>SEGEPE DO TRT 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA - 2021.2 - MÓDULO II - VAMOS CUIDAR DA SAÚDE MENTAL? / SEGEPE</p> <p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA - 2021.2 - MINDFULNESS EATING (ALIMENTAÇÃO CONSCIENTE) / SEGEPE - TRT 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO COTIDIANO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - SAÚDE MENTAL E TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO</p>
MARIA ZENEIDE FERNANDES DE QUEIROGA	<p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
NEWTON ROBERTO MOTA	<p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PROVAS DIGITAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E DIREITO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
OSOISA QUEIROGA ROSADO MAIA DE VASCONCELOS	<p>TRT - RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E DIREITO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
RACHEL MARIA HENRIQUES RIBEIRO	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>WEBINAR EXECUÇÃO TRABALHISTA: DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA UMA EXECUÇÃO EFETIVA / IGEX - INSTITUTO GOIANO DE ESTUDOS JURÍDICOS</p> <p>DESVENDANDO O SISBAJUD / IGEX - INSTITUTO GOIANO DE ESTUDOS JURÍDICOS</p> <p>LIVE Nº 033/2021 - FÓRUM EM DEFESA DA INCLUSÃO,</p>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>ACESSIBILIDADE E NÃO DISCRIMINACAO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO</p> <p>SEMINÁRIO COMEMORATIVO AOS 15 ANOS DA ENAMAT: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO PODER JUDICIÁRIO / ENAMAT</p> <p>TRT - 6º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO - CONSTRUÇÃO DO TRABALHO SEGURO E DECENTE EM TEMPOS DE CRISE: PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - CARAVANA VIRTUAL DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO - EDIÇÃO ESPECIAL: JUSTIÇA DO TRABALHO / ENAMAT EM PARCERIA COM O CEFAS</p> <p>TRT - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - WEBINÁRIO IMPRENSA, DEMOCRACIA E PODER JUDICIÁRIO / CNJ</p> <p>TRT - SEMINÁRIO RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: INOVAÇÕES E COOPERAÇÃO JURISDICIONAL / ENAMAT</p> <p>TRT - RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E DIREITO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - III ENCONTRO IBERO-AMERICANO DA AGENDA 2030 NO PODER JUDICIÁRIO / CNJ</p> <p>TRT - BURNOUT: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
SHEILA ORIDE BRAGA DE LUCENA	<p>2º SEMINÁRIO TEMÁTICO DE 2021 - EXECUÇÃO TRABALHISTA - 1º DIA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 18ª REGIAO</p> <p>TRT - TÉCNICAS LEGISLATIVAS NA ELABORAÇÃO DE NORMATIVOS / INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO, ESTUDO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS LTDA</p> <p>TRT - SEMINÁRIO RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: INOVAÇÕES E COOPERAÇÃO JURISDICIONAL / ENAMAT</p> <p>TRT - RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E DIREITO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO</p>



	<p>I: ASPECTOS PROCESSUAIS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / EJUD 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PRODUÇÃO DE PROVAS DIGITAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO / CSJT - CEDUC-JT</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 026/2021 - WEBINÁRIO DIÁLOGOS INTERNACIONAIS DA EJ6 E PPGD - UNICAP - PALESTRA: A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA E DA COMUNIDADE EUROPEIA NO USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS E DE ALGORITMOS / EJUD 6</p> <p>2º SEMINÁRIO TEMÁTICO DE 2021 - EXECUÇÃO TRABALHISTA - 2º DIA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 18ª REGIAO</p> <p>LIVE Nº 024/2021 - EVENTO COMEMORACAO DIA MUNDIAL CONTRA TRABALHO INFANTIL - PALESTRA: O MUNDO DO TRABALHO DO FUTURO E OS DESAFIOS DO PRIMEIRO EMPREGO / EJUD TRT6</p>
--	--

SERVIDOR SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
GILSON AVELLAR DANTAS
LEOPOLDINO MAIA PAIVA
MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA VILAR

## 20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

### Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 23 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, foram registradas 06 denúncias na



Ouvidoria nos últimos seis meses, todas respondidas pela unidade judiciária e, predominantemente, diziam respeito a processos sem movimentação.

## **21. RECOMENDAÇÕES**

### **Aos magistrados**

#### **1. Recomendações gerais**

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentenças.dsst@mte.gov.br](mailto:sentenças.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto



Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022, atinentes às determinações de suspensão/sobrestamento e remessa de processos ao arquivo provisório.

## **2. Recomendações específicas**

- a) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;
- b) monitorar o “escaninho” no PJe e orientar a equipe à proceder à revisão com regularidade, evitando-se que haja demora na apreciação de petições, podendo-se citar os processos 0000497-79.2021.5.13.0005, 0000041-71.2017.5.13.0005, 0041700-65.2014.5.13.0005, com petições não apreciadas desde março de 2022;
- c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, arquivamentos provisório e definitivo dos autos, evitando-se que processos aguardem no prazo quando deveriam estar sobrestados, a exemplo do ocorrido nos processos 0130157-39.2015.5.13.0005, 0001362-44.2017.5.13.0005;
- d) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

### **Ao Diretor de Secretaria**

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências no lançamentos de dados pela unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;



- c) providenciar a reestruturação da divisão de atribuições dos servidores, evitando-se que haja processos no PJe sem responsável cadastrado, o que contribui substancialmente para a existência de processos sem movimentação;
- d) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, especialmente os processos localizados na tarefa “Cumprimento de Providências”;
- e) orientar a equipe a priorizar os processos que contenham numerário para liberação, evitando-se que permaneçam paralisados, a exemplo do ocorrido nos processos 0131110-15.2015.5.13.0001, 0001041-72.2018.5.13.0005, 0000989-08.2020.5.13.0005, 0000041-71.2017.5.13.0005;
- d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, destacando-se os processos 0001513-44.2016.5.13.0005 e 0000349-10.2017.5.13.0005 (analisado na autoinspeção com despacho pendente e permaneceu sem cumprimento);
- e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- f) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- g) orientar a equipe a utilizar o Gigs para monitoramento de processos que aguardam providências, bem como lançamentos de atividades.

### **Aos servidores**

- a) proceder, com regularidade, à conclusão aos magistrados dos processos com petição não apreciada, evitando-se que permaneçam paralisados, mesmo com a marcação existente no escaninho, que deverá ser consultado com frequência, bem como efetuar a retirada do aviso, após a conclusão, evitando-se o ocorrido,



por exemplo, nos processos 0000497-79.2021.5.13.0005, 0000041-71.2017.5.13.0005, 0041700-65.2014.5.13.0005, com petições não apreciadas desde março de 2022;

b) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;

c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000690-31.2020.5.13.0005, 0000112-05.2019.5.13.0005, 0090400-14.2010.5.13.0005, 0000491-77.2018.5.13.0005;

d) utilizar o Gigs para monitoramento de processos que aguardam providências, bem como lançamentos de atividades;

e) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;

f) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

## **22. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (130,80%), 2 (107,53%), 3 (101,99%) e 5 do CNJ (108,54%), podendo-se observar que o volume de processos baixados na fase de conhecimento foi de grande relevância para o



atingimento de todas as metas, merecendo destaque o prazo entre a conclusão e a prolação da sentença.

Destaca-se que se faz necessário o constante monitoramento do acervo. Em 2021, a 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa foi a unidade que mais baixou processos na fase de conhecimento, enquanto que, em 2022, até o mês de abril, é a unidade com menor volume de baixas.

A posição da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa no Igest tem sofrido negativa evolução, embora tenha permanecido no primeiro quartil. Em setembro de 2021, a unidade ocupava a 212ª posição, passando para 248ª em dezembro e 296ª em março de 2022.

A tabela relativa aos mesoindicadores (item 12) aponta que a unidade deve ficar atenta aos itens relativos à produtividade e taxa de congestionamento. O item produtividade, entre dezembro de 2021 e março de 2022, passou da posição 317ª para a 531ª, sendo composto pelas taxas de conciliação, de solução e de execução.

Recomenda-se, como medidas que podem contribuir com o desempenho, a inclusão de processos em pauta de conciliação e o constante gerenciamento da fase de execução, incrementando-se o uso das ferramentas eletrônicas e dos meios de gerenciamento dos processos no PJe, a exemplo de inclusão de chips e Gigs, evitando-se que permaneçam paralisados.

A unidade judiciária deve velar pelo acompanhamento constante dos indicadores do Igest, especialmente os relativos aos processos existentes na fase de conhecimento, com objetivo de proporcionar aos jurisdicionados a célere entrega da prestação jurisdicional, cumprindo a garantia de duração razoável do processo.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

---

deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**  
**Desembargador Vice-Presidente e Corregedor**



## ANEXO

### VISTOS

0000268-56.2020.5.13.0005	0130949-90.2015.5.13.0005	0000789-69.2018.5.13.0005
0000462-56.2020.5.13.0005	0173300-49.2013.5.13.0005	0000989-08.2020.5.13.0005
0001041-72.2018.5.13.0005		

### DESPACHOS CORREICIONAIS

0150800-04.2004.5.13.0005	0130157-39.2015.5.13.0005	0000690-31.2020.5.13.0005
0000112-05.2019.5.13.0005	0001342-27.2016.5.13.0025	0001362-44.2017.5.13.0005
0000682-25.2018.5.13.0005	0090400-14.2010.5.13.0005	0000491-77.2018.5.13.0005
0131110-15.2015.5.13.0001	0000761-67.2019.5.13.0005	0001313-37.2016.5.13.0005
0052300-82.2013.5.13.0005	0000349-10.2017.5.13.0005	0000942-05.2018.5.13.0005
0000282-06.2021.5.13.0005	0130987-11.2015.5.13.0003	0001741-19.2016.5.13.0005
0131207-03.2015.5.13.0005	0002032-19.2016.5.13.0005	0000041-71.2017.5.13.0005
0000109-84.2018.5.13.0005	0000064-12.2020.5.13.0005	